

IMPRENSA E QUESTÕES DE GÊNERO

Enquadramentos jornalísticos de um caso de violência contra mulher

Noemi Correa BUENO
Centro Universitário Adventista de São Paulo - UNASP

Resumo

Na contemporaneidade, movimentos feministas têm direcionado suas pautas de reivindicações para o questionamento de representações midiáticas e jornalísticas androcêntricas. Considerando essa pauta, bem como a teoria de Bourdieu a respeito da violência simbólica, este artigo debate a cobertura jornalística da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo, a respeito de um caso de hostilização de uma universitária, que foi ameaçada devido às vestimentas que trajava. Para tal, foi utilizada a análise do enquadramento, com objetivo de verificar o posicionamento dos jornais frente ao ocorrido. A pesquisa constatou que houve o predomínio de uso de terminologias neutras, evitando conceitos preconceituosos. Porém, evitando, também, caracterizar o ocorrido como uma violência de gênero e promover representações contestadoras sobre o caso.

Palavras-chave: Violência simbólica; Gênero; Enquadramento.

Abstract

Nowadays, feminist movements have directed their demands to the questioning of androcentric media and journalistic representations. Considering this and Bourdieu's theory about symbolic violence, this article debates the journalistic coverage of Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo, regarding a case of hostility of a university student,. To this end, the analysis of the framework was used, in order to verify the positioning of newspapers in relation to what happened. The research found that there was a predominance of use of neutral terminologies, avoiding prejudiced concepts. However, it also avoids characterizing what happened as gender-based violence about the case.

Keywords: Symbolic violence; Genre; Framework

0017

As representações do gênero feminino

Este artigo analisa a representação do gênero feminino na cobertura jornalística de um acontecimento controvertido, buscando verificar as teorias formuladas acerca das representações da mulher na mídia. Realiza, para isso, uma análise de enquadramento dos textos veiculados nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre o acontecimento envolvendo a estudante Geisy Arruda, nas dependências da Universidade Bandeirante de São Paulo - Uniban, no dia 22 de outubro de 2009. Utiliza como referências teóricas as críticas de Bourdieu sobre a construção de gênero por meio da naturalização de relações androcêntricas.

Analisando o ciclo desta naturalização, verifica-se que o jornalismo tem um papel importante nestas questões de gênero, pois, como defende Bourdieu, consiste em uma das instituições de alto crédito social, pois é detentor de um poder simbólico capaz de interferir na formação/consolidação do *habitus* e, conseqüentemente, na maneira como a realidade é apreendida pelos sujeitos.

A construção da realidade simbólica de gênero é um trabalho longo e duradouro de inculcação que possibilita a criação de um *habitus* adaptado à visão androcêntrica. Segundo Bourdieu (2003), o *habitus* é constituído de estruturas objetivas presentes no mundo social e nos sistemas simbólicos, sendo capaz de orientar e incutir práticas e representações, independente da consciência e vontade dos agentes, uma vez que é incorporado e reproduzido naturalmente, afinal encontra-se presente no princípio da seqüência das ações, sem possuir a finalidade consciente de alcançar determinada intenção. Por isto, o *habitus* muda conforme a cultura, pois seu processo de interiorização relaciona-se ao processo de formação do indivíduo, com o convívio com os pais, a escola, o ambiente de trabalho, enfim, com todas as formas de relacionamentos pelas quais os sujeitos passam durante a vida toda.

Desta forma, as relações de dominação entre homens e mulheres passam a ser de conhecimento tácito e automático, pois são perpassadas naturalmente aos sujeitos, por meio não somente dos modos de vida já estabelecidos, mas também por instituições que reforçam estes modos e no caso, das relações de gênero, legitimam o exercício de poder de um sobre o outro. O jornalismo (de acordo com Bourdieu, 2003) é uma das instituições responsáveis por essa legitimação, já que veicula esta relação de dominação como natural ao invés de questioná-la.

Assim, segundo o sociólogo, o jornalismo reinsere a relação entre os sexos na história com uma visão naturalista e essencialista, retirando das mulheres seu papel de agentes históricos. Apesar de, em muitos casos, não haver a intenção explícita de reforçar as desigualdades de gênero, os jornalistas reproduzem a dominação masculina, inculcada inconscientemente nos sujeitos e nos próprios jornalistas, contribuindo para sua perpetuação (BOURDIEU, 2003, p. 06).

0018

No caso da dominação masculina, as mulheres são constituídas como objetos simbólicos e colocadas em uma situação de dependência: elas existem pelo, e para, o olhar dos outros.

Delas se espera que sejam 'femininas', isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa 'feminilidade' muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em conseqüência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2003, p. 82).

A dominação masculina é um exemplo de violência simbólica, violência "suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância do sentimento" (BOURDIEU, 2003, p. 08).

Assim, nas atividades do cotidiano, a situação privilegiada do homem aparece como algo natural, pois em várias esferas é reproduzida sem questionamento: diferença salarial, regras morais e religiosas mais rígidas para as mulheres, representações de mulheres com perfil estereotipado nos meios de comunicação, entre outras situações. A violência simbólica é possível porque existe um trabalho de inculcação e incorporação que age de maneira invisível e insidiosa por meio da familiarização com um mundo permeado por estruturas de dominação.

A tomada de consciência não é suficiente para vencer a violência simbólica, pois seus efeitos e condições são inscritos no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições. Neste caso, mesmo quando as pressões externas são abolidas e liberdades formais adquiridas (por exemplo, o direito ao voto, à educação), a auto-exclusão e a 'vocaçào' vêm substituir a exclusão expressa, ou seja, o sentimento de como a mulher deve agir permanece, interferindo nas suas relações no cotidiano.

O rompimento da relação de cumplicidade que as vítimas da violência simbólica estabelecem com os dominantes só é possível por meio da

0019

“transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes” (BOURDIEU, 2003, p. 54), ou seja, por meio de uma transformação das estruturas que resultam nessa dominação.

Apesar de a unidade doméstica ser um dos espaços em que a dominação masculina se revela de maneira mais indiscutível (principalmente por meio da violência física), segundo Bourdieu (2003), a perpetuação dessa relação desigual é mais eficaz quando realizada por instâncias como Igreja, Escola, Estado e Jornalismo, por meio de ações propriamente políticas.

Assim, as relações de gênero contam com agentes e instituições (Igreja, Família, Escola, Esporte e Jornalismo) como estruturados e estruturantes no processo de naturalização da dominação, ou seja, estes agentes, concomitantemente, moldam e são moldados pela sociedade.

ENQUADRAMENTO

A análise de enquadramento, utilizada como método de análise neste trabalho, examina como os jornais organizam o texto, selecionando alguns aspectos e tornando-os mais salientes, de maneira a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o ocorrido (ENTMAN, 2008). Ou seja, essa análise busca identificar uma ideia central organizadora que acabaria por conferir mais visibilidade a determinados elementos e aspectos, em detrimento de outros, devido ao padrão de seleção, apresentação, ênfase e interpretação das palavras e expressões utilizadas pelos jornalistas ao organizarem suas representações discursivas.

Este artigo, que é parte de um trabalho maior (BUENO, 2010), e por isso, se refere tão-somente a um dos diversos enquadramentos dos textos veiculados, no período de 22 de outubro de 2009 a 20 de novembro de 2009, pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, aquele relacionado à definição de situação do ocorrido com a aluna Geisy Arruda na Uniban.

Em 22 de outubro de 2009, a estudante foi hostilizada por cerca de 700 colegas, com a justificativa de que utilizava um vestido curto e tinha atitudes “provocativas” em relação aos colegas. A agressão começou com ofensas e

0020

palavrões por alunos que cercaram a sala em que ela se encontrava, ameaçando-a de estupro. Geisy Arruda precisou deixar a universidade escoltada por policiais que utilizaram spray de pimenta para “abrir caminho” dentre os estudantes que gritavam palavrões. Após a divulgação do acontecimento pelos meios de comunicação, a Uniban expulsou a aluna alegando que ela havia desrespeitado o ambiente escolar. Ao ser divulgada essa decisão, a opinião pública, algumas organizações, representantes do governo e os meios passaram a criticar a universidade que, finalmente, revogou a expulsão de Geisy.

A pesquisa procura verificar, por meio da análise de enquadramento, até que ponto se aplicam as formulações de Bourdieu sobre o papel do jornalismo na questão da representação da mulher nas reportagens veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ao reportarem o episódio. Para identificar os enquadramentos dos jornais, foi empregada uma escala de três possibilidades de representação de situação. A primeira consiste de expressões que não contribuíram para enquadrar o acontecimento como manifestação de intolerância e violência de gênero; a segunda possibilidade é a de os textos utilizarem expressões que enquadram o acontecimento como uma situação de violência e/ou intolerância, e a terceira consiste do uso de expressões neutras.

0021

OS ENQUADRAMENTOS DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

Os enquadramentos são o resultado das expressões empregadas nas matérias jornalísticas para se referir a um item observado. No caso, o item é a narrativa dos fatos ocorridos na Uniban, ou seja, analisamos como foi reportado o acontecimento, se este foi caracterizado pelo texto jornalístico como um ato de violência ou intolerância, se foi qualificado apenas como um fato (sem agregar algum valor) ou se foi caracterizado como não violência.

Vamos iniciar a apresentação dos resultados pelo jornal *Folha de S. Paulo*. No período estudado de 22 de outubro a 20 de novembro de 2009 foram contabilizados 87 textos jornalísticos que trataram do assunto e seus desdobramentos, sendo que destes 45 consistiam em textos informativos e 42 em textos opinativos. Dos textos opinativos, 12 consistiram em cartas dos leitores e os demais em textos dos profissionais do próprio jornal.

A Tabela 1 apresenta a distribuição das expressões das reportagens do jornal *Folha de S. Paulo* nas três possibilidades da escala de definições do acontecimento, separadas pelos gêneros de jornalismo opinativo e informativo e, por último, agregadas.

Tabela 1: Frequência das expressões relativas aos enquadramentos do ocorrido na Uniban, na *Folha de S. Paulo*

Enquadramentos	Valores Absolutos			Valores Relativos		
	Opin.	Inform.	Total	Opin.	Inform.	Total
Não enquadram como intolerância	8	31	39	4,2%	16,3%	20,5%
Enquadram o caso como intolerância	59	38	97	31,1%	20,0%	51%
Neutros	23	31	54	12,1%	16,3%	28,5%

Fonte: Autora (2019)

Podemos ver que, no jornal *Folha de S. Paulo*, predominaram as expressões que enquadraram o ocorrido como manifestação de intolerância, que somaram 97 casos, sendo 38 em textos não opinativos e 59 em textos opinativos. Houve duas expressões cujas frequências se destacaram das demais: “agressão” (6 ocorrências) e “quase fui estuprada” (4 casos, todas tendo Geisy como fonte). As vozes que expressaram o enquadramento de violência foram a da redação (58), a de leitores (22), a dos alunos (6), a de Geisy (6), a de universitários (3), a do advogado de Geisy (1) e a de sociólogos (1).

Em segundo lugar, em frequência, ficaram as expressões neutras, que totalizaram 54 ocorrências, sendo 31 em textos informativos e 23 em opinativos, sendo provenientes das seguintes vozes: redação (40), leitores (9), alunos (2), vestibulandos (2) e um sociólogo (1).

Em terceiro lugar, apareceram 39 expressões avaliadas como contrárias ao enquadramento do ocorrido como manifestação de intolerância e violência, sendo que 31 estavam presentes em textos informativos e 8 em textos opinativos. A maioria destas expressões consistiu de termos que buscaram

definir o ocorrido classificando-o de forma genérica como “tumulto” (13 casos); “confusão” (2 ocorrências) e “apelo” (2 casos). Também houve expressões que enquadraram o ocorrido como algo natural e até mesmo correto, destas destacam-se: “reação coletiva de defesa do ambiente escolar”, “excesso de vigilância” e “os seguranças da faculdade, no começo, (também estavam participando), estavam rindo” (4, 1 e 2 ocorrências respectivamente). E ainda houve expressões que indicaram a responsabilidade da aluna pelos acontecimentos (“foi o estopim de uma postura decorrente da aluna”, “com certeza, não foi somente pelo fato de a garota estar vestida com minissaia”).

As vozes que se posicionaram contrariamente ao enquadramento de violência foram as da redação (19), dos leitores (5), dos alunos (1), da Uniban (7), de uma vestibulanda (1), de um universitário (2) e da própria Geisy (4).

Das expressões que não enquadraram o acontecimento como intolerância, 31 estavam presentes em textos informativos e apenas 8 em opinativos. Ou seja, este tipo de posição predominou em textos informativos, que, supostamente, teriam como norma a neutralidade e imparcialidade, revelando os fatos de maneira isenta em relação ao ocorrido. Esse resultado pode ser explicado pela reprodução nas reportagens de expressões utilizadas pelas próprias fontes das matérias, constituídas por estudantes e representantes da universidade, bem como pela superioridade numérica de textos informativos no jornal.

Em sentido contrário, as expressões que interpretaram o acontecimento como intolerância predominaram nos textos de opinião, nos quais se manifestaram diversos profissionais não envolvidos no episódio, que trouxeram avaliações qualificadas e informadas sobre o significado da ocorrência. No entanto, como os textos informativos passam a ideia de que correspondem à realidade e os opinativos são reflexos de opiniões pessoais, podem gerar o efeito de sentido de que o evento não teve caráter de intolerância e violência.

As expressões neutras também foram em maior número em textos informativos, com 31 ocorrências, em comparação com as 23 nos textos de opinião, o que já era esperado, já que dos textos informativos se espera que narrem os fatos de forma “objetiva”, ou seja, sem adotar uma posição.

0023

Tomando-se isoladamente cada uma das três alternativas da escala, predominaram em ambos os gêneros jornalísticos, expressões favoráveis ao enquadramento de que se tratou de intolerância e violência, sendo que no gênero de jornalismo opinativo, as expressões favoráveis à interpretação de intolerância e violência foram muito mais frequentes em relação às demais do que no gênero informativo.

OS ENQUADRAMENTOS DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

Em *O Estado de S. Paulo*, no período estudado, foram analisados 41 textos que abordaram o caso e seus desdobramentos, sendo que destes 32 consistiram de textos informativos e 9 de opinativos. Dos textos opinativos, 3 pertenciam às cartas aos leitores e os demais (6) em textos redigidos por profissionais do próprio jornal.

Nestes 41 textos, apareceram 169 expressões relacionadas ao caso Geisy Arruda. Destas, 99 adotaram o enquadramento de que se tratou de intolerância, 40 eram neutras e 30 eram contrárias ao enquadramento do ocorrido como manifestação de intolerância e violência. A Tabela 2 resume os resultados.

0024

Tabela 2: Frequência das expressões relativas aos enquadramentos do ocorrido na Uniban, em *O Estado de S. Paulo*

Enquadramentos	Valores Absolutos			Valores Relativos		
	Opin.	Inform.	Total	Opin.	Inform.	Total
Enquadram como não intolerância	3	27	30	1,8%	16,0%	17,8%
Enquadram o caso como intolerância	17	82	99	10,1%	48,5%	58,6%
Neutros	7	33	40	4,1%	19,5%	23,7%

Fonte: Autora (2019)

O enquadramento favorável a que houve intolerância também foi majoritário em *O Estado*, com 99 expressões. Destas, 82 estiveram presentes em textos informativos e 17 em textos opinativos. Destacaram-se o termo “agressões”, com 6 ocorrências e a narrativa de Geisy ter necessitado de escolta

policial para deixar o campus (6 ocorrências também), sendo que as demais expressões não apareceram mais de 2 vezes. Das vozes registradas neste enquadramento, encontram-se a da redação (69), a de leitores (4), a de alunos (4), a da Uniban (1), a da mãe de Geisy (9), a do MEC (1), a de sociólogos (2), a de imprensa internacional (1), a de especialistas (2), a de ONGs (1), a de antropólogos (2) e a de procuradores (2).

Das 30 expressões contrárias ao enquadramento do acontecimento como manifestação de intolerância e violência, 27 apareceram em textos informativos e apenas 3 em textos opinativos. A expressão contrária de maior destaque foi "tumulto", com 13 aparições. Outras expressões, como "algazarra", "confusão", "brincadeira que passou dos limites"; "incidente", e, "momentos de apuro" foram caracterizadas como contrárias, porque minimizam o acontecimento, desvinculando-o da idéia de violência e intolerância. Ao lado dessas expressões que minimizaram o ocorrido, também foram encontradas expressões que apontaram a culpa e responsabilidade de Geisy perante o acontecido, posicionando os alunos como defensores do ambiente escolar que havia sido "transgredido" por Geisy. Também verificamos que, além da voz da própria redação com (18 ocorrências), destacaram-se as seguintes fontes utilizadas para enunciar essas expressões: os alunos (com 4 citações) e a Uniban (com 6).

A maioria das expressões neutras também estava em textos informativos. Elas somaram 40 casos (33 presentes em textos informativos e 7 em opinativos), pertencentes às seguintes vozes: redação (25), leitores (3), alunos (1), Uniban (1), irmão de Geisy (3), especialista (2), psicoterapeuta (3), ONG (1) e procurador (1).

Constata-se, portanto, que o jornal *O Estado de S. Paulo* enquadrou o acontecimento majoritariamente como ato de violência e intolerância. As expressões contrárias são cerca de um terço e as neutras somam menos da metade daquelas do enquadramento de violência.

Verifica-se que, em *O Estado*, tanto os enquadramentos a favor como aqueles contrários à interpretação de intolerância predominaram em textos informativos, dos quais se espera a narrativa dos fatos de maneira mais neutra possível. O mesmo não aconteceu na *Folha de S. Paulo*, na qual, as expressões favoráveis apareceram mais em textos opinativos que em informativos

0025

(comparação dos valores na *linha* da tabela). *O Estado de S. Paulo* adotou um enquadramento predominante de que houve intolerância, tanto em textos informativos como nos opinativos, vindo em segundo lugar o enquadramento neutro à compreensão do acontecimento como ato de intolerância e violência.

COMPARAÇÕES ENTRE OS ENQUADRAMENTOS

Ao se compararem os resultados, nota-se que *em ambos os jornais analisados* houve um predomínio das expressões enquadrando o episódio como um caso de intolerância e violência, seguidas por expressões neutras e, por último, de expressões de que não houve intolerância ou violência. A Tabela permite a comparação direta dos resultados gerais.

Tabela 3: Percentuais das freqüências de expressões relativas aos enquadramentos do ocorrido na Uniban, nos jornais analisados

Enquadramentos	<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Houve intolerância e violência	51%	58,6%
Neutros	28,5%	23,7%
Não houve intolerância	20,5%	17,8%
Total	100%	100%

Fonte: Autora (2019)

No jornal *Folha de S. Paulo*, 51% das expressões foram favoráveis (lembrando que destas 31,1% estiveram presentes em textos opinativos) ao enquadramento de que o ocorrido tratou de intolerância, 28,5% neutras e 20,5% (com 16,3% presentes em textos informativos) expressões contrárias a esse enquadramento. Vale ressaltar que apesar da maioria das expressões ser favorável à caracterização do evento como intolerância, este cenário representa majoritariamente expressões presentes em textos opinativos (constituídos, principalmente por cartas de leitores).

Também no jornal *O Estado de S. Paulo* predominou significativamente o enquadramento de intolerância, mas neste o predomínio destas expressões ocorreu tanto nos textos de opinião como nos informativos, e não apenas nos de opinião, como na *Folha de S. Paulo*. Do total de expressões analisadas, 58,6%

0026

foram de que houve intolerância, 23,7% eram neutras e 17,7% contrárias a esse enquadramento.

Verificou-se, ainda, que ambos os jornais ouviram predominantemente os envolvidos no caso, apresentando cada fonte praticamente o mesmo número de citações nos dois diários. Na *Folha*, Geisy obteve 10 citações, enquanto que a Uniban e os alunos foram citados, respectivamente, 7 e 9 vezes. E, em *O Estado*, Geisy se pronunciou 10 vezes, a Uniban 8 e os alunos 9 vezes.

Vale ainda ressaltar que na *Folha* foram constatadas nos textos opinativos apenas 8 expressões (4,2% das expressões sobre o acontecimento) referentes à violência e intolerância, a saber: “conduta violenta e intimidatória”; “conseqüência de um pensamento coletivo que ainda é conservador e machista”; “crime contra a dignidade sexual”, “episódios de intolerância”; “evidencia que discriminação e intolerância são valores ainda implícitos na sociedade brasileira”; “reforçam um sistema de opressão e violência contra a mulher”; “machismo”; e, “representa os preconceitos de gênero ainda existentes, que estabelecem uma dicotomia entre ‘santa’ e ‘prostituta’ e condenam quem sai dos padrões”.

Entre as expressões de *O Estado de S. Paulo* condenatórias das ações dos estudantes, destacam-se: “cenas de preconceito, intolerância e barbárie”; “é uma lógica machista a que alimenta sentimentos de indignação e ultraje por um vestido curto”; “foi a volta do patriarcalismo mais exacerbado que, apesar de tudo que se diz e se vê sobre as conquistas das mulheres, continua a nos assediar”; “há uma sociedade desigual e que acredita disciplinar os corpos femininos pela violência”; “não há nada que justifique o uso da violência para disciplinar mulheres”; “o machismo justifica a agressão contra a mulher por uma suposta falha”; “preconceito de gênero”; “situação de violência na qual a vítima pode ser seu próprio algoz”; “trata-se de uma questão de direitos civis, que interessa a toda sociedade”; “violência sexista”.

Ainda em relação às expressões relativas ao acontecimento, verificou-se que na *Folha* foram usadas expressões que generalizam a violência do caso Geisy, remetendo-a a questões culturais relativas às relações entre homens e mulheres, e que, portanto, podem atingir outras mulheres (essas expressões são: “conseqüência de um pensamento coletivo que ainda é conservador e machista”;

0027

“evidencia que discriminação e intolerância são valores ainda implícitos na sociedade brasileira”; “machismo”; “mostra o desconhecimento da luta das mulheres para conquistarem o direito de freqüentar em igualdade de condições com homens, os mais diferentes espaços da sociedade contemporânea”).

O Estado também apresentou expressões generalizadoras como: “claro caso de violência contra a mulher”; “é uma lógica machista a que alimenta sentimentos de indignação e ultraje por um vestido curto”; “esse caso me parece ter um forte caráter de gênero”; “foi a volta do patriarcalismo mais exacerbado que, apesar de tudo que se diz e se vê sobre as conquistas das mulheres, continua a nos assediar”; “ganhou repercussão gerando debates sobre intolerância e violência na sociedade”; “há uma sociedade desigual e que acredita disciplinar os corpos femininos pela violência”; “inverter a lógica da violência (culpar o uso do vestido) é a estratégia mais comum nos enredos de violência de gênero”; “isso retrata a violência de gênero, culpar a mulher pela agressão”; “não há nada que justifique o uso da violência para disciplinar mulheres”; “machismo”; “o machismo justifica a agressão contra a mulher por uma suposta falha”; “preconceito de gênero”; “trata-se de uma questão de direitos civis, que interessa a toda sociedade”; “violência provocada pelo machismo da sociedade”; “violência sexista”.

Interpretando os resultados, podemos afirmar que *O Estado* contribuiu um pouco mais que a *Folha* para o enquadramento do caso como uma questão sexista, que se encontra latente na sociedade como um todo e, por isso, podem atingir todas as mulheres direta ou indiretamente. Ou seja, *O Estado* contribuiu mais que a *Folha* para repensar a situação das mulheres na sociedade brasileira, já que apontou em seus textos mais expressões que remetem atitudes sexistas como motivo da reação dos alunos e, posteriormente, da Uniban. Apesar de essa contribuição ter sido pequena, pois diz respeito a apenas a 8,9% dos termos que caracterizam o acontecimento, foi, no entanto, maior que a da *Folha*, que apresentou apenas 3,1% de expressões desse tipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os jornais adotaram majoritariamente enquadramentos de que o caso de hostilização de Geisy Arruda constituiu-se de intolerância e violência,



esse enquadramento foi mais freqüente em *O Estado*, que, além disso, designou-a como tal e a relacionou à cultura machista da sociedade brasileira.

Dessa maneira, os resultados da análise específica de enquadramentos da ocorrência "hostilização" não foram consistentes com o argumento de predominância de um *habitus* sexista na imprensa, como defendido por Bourdieu, autor utilizado como referência teórica. Pelo contrário, a definição do acontecimento majoritária nos enquadramentos dos dois jornais, foi contrária ao posicionamento extremamente conservador em relação às relações e papéis de gênero, contestando a atitude autoritária assumida pela universidade, que justificou o ocorrido como "defesa do ambiente escolar".

No caso desta análise, observamos que *O Estado de S. Paulo* apresentou-se mais disposto a veicular textos que questionassem paradigmas androcêntricos instituídos, expondo a necessidade de mudança nos valores sexistas presentes em nossa sociedade. No entanto, o número de expressões que denominam claramente o acontecimento como intolerância e violência ainda é mínimo, como, também foi relativamente baixa a frequência de expressões que remetem o acontecimento a questões sexistas que se encontram latentes na sociedade e que por isso, atingem/podem atingir todas as mulheres, possibilitando uma discussão crítica sobre esta situação em geral.

Nesse sentido, convém ainda lembrar que os enquadramentos são definidos não somente pelo que incluem, mas também pelo que omitem, pois as omissões podem ser tão críticas como as inclusões. Assim, se a presença de expressões que relacionem o evento aos valores sexistas, por um lado, indica uma abertura dos jornais para discutirem questões de gênero, relacionando-as a preconceitos latentes em nossa sociedade, mas, por outro lado, pela sua baixa frequência, pode dificultar a leitura do acontecimento sob a perspectiva crítica, facilitando uma compreensão tradicional e sexista do ocorrido com a aluna Geisy Arruda. Por isso, as reivindicações relacionadas às reportagens sobre mulheres veiculadas nos meios devem considerar não apenas representações mais adequadas (sem a reprodução de mitos e estereótipos), mas, principalmente, representações que contestem os preconceitos ainda existentes. Em resumo, estamos progredindo, mas devagar, no sentido da representação mais adequada do gênero feminino na imprensa.

0029

REFERÊNCIAS

BARDWICK, J. **Mulher, sociedade, transição**. São Paulo: Difel, 1981.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. **Gênero e política na mídia brasileira**. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_me-biroli.pdf. Acesso em: 30 set 2019.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUENO, N. C. **Jornalismo impresso e relações de gênero: enquadramentos da Folha de S. Paulo e d'O Estado de S. Paulo de um caso de hostilização a uma estudante**. Dissertação de mestrado, FAAC/UNESP, 2010.

ENTMAN, R. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 2004.

ESTADÃO. *Estado de S. Paulo*. Disponível em: <http://www.estadao.com.br>. Acesso em: 12 dez 2019.

FOLHAONLINE. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 18 dez 2019.

FREIRE FILHO, J. **Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias**. *Famecos*, Porto Alegre, n. 28, p. 18-29, dez 2005.

OBSERVATÓRIO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO. **A luta das mulheres pela comunicação democrática**. Disponível em: http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=563. Acesso em: 18 mai 2019.

PORTO, M. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.

PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROTHBERG, D. **Enquadramento e metodologia de crítica de mídia**. Disponível em: http://sbpjor.kamotini.ghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/coordenada_5_.d_anilo_rothberg.pdf. Acesso em: 05 abr 2019.

SOARES, M. C. **Representações e comunicações: uma relação em crise**. *Libero*, São Paulo, n. 20, p. 47-56, dez 2007.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VIZEU JUNIOR, A. **Jornalismo e representações sociais: algumas considerações**. *Famecos*, Porto Alegre, n. 30, p. 31-38, ago 2006.

0030

WACC. *¿Quién figura em las noticias?* Disponível em:
http://www.whomakesthenews.org/research/global_reports/report_2005__1.
Acesso em: 07 mai 2019.

Recebido em 27/01/2020
Aprovado em 05/05/2020.



0031